



**PEDAGOGIA**

**AMANDA DE OLIVEIRA**

**MOVIMENTO FEMINISTA  
E A LUTA DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA**

Pitanga - Paraná  
2019

AMANDA DE OLIVEIRA

**MOVIMENTO FEMINISTA  
E A LUTA DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, Área das Ciências humanas da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná-UCP, como requisito à obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Professor Orientador: Me. Edson Bellozo

Pitanga - Paraná

2019

Catálogo elaborado pela Bibliotecária Michele Carolina da Silva Martins CRB 9/1838 da Biblioteca Profa. Dirce Doroti Mèrlin Clève da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP

O48m      Oliveira, Amanda de.  
                 Movimento feminista: e a luta da mulher contra a violência /  
                 Amanda de Oliveira, 2019  
                 40 f.  
  
                 Orientador: Edson Bellozo  
  
                 Monografia (Graduação) – Faculdade de Ensino Superior do  
Centro do Paraná, Pitanga, 2019  
  
                 1. Movimento feminista. 2. Desigualdade de gênero. I. Faculdade de  
                 Ensino Superior do Centro do Paraná. II. Título.

Feita pelo bibliotecário Eduardo Ramanauskas CRB9 -1813

## TERMO DE APROVAÇÃO

**AMANDA DE OLIVEIRA**

**“MOVIMENTO FEMINISTA  
E A LUTA DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA”**

Trabalho de Curso aprovado com nota \_\_\_\_\_ como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

---

Orientador (Presidente): **Prof. Edson Bellozo**  
Curso de (nome do curso), Faculdade UCP

---

Membro: **Prof. Nome do Professor**  
Curso de (nome do curso), Faculdade UCP

---

Membro: **Prof. Nome do Professor**  
Curso de (nome do curso), Faculdade UCP

Pitanga, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que de alguma forma, são vítimas do machismo, da violência e do preconceito.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo privilégio de cursar uma faculdade.

Agradeço a minha mãe Maria Ivete mulher, mãe, guerreira, por todo o amor que deixa transparecer, ao carinho, a cumplicidade, a confiança, e aos conhecimentos transmitidos. Espero um dia poder retribuir.

Agradeço ao meu pai Odair José, por todo o amor, carinho, cuidado e incentivo.

Agradeço ao meu irmão, Vinícius José, meu confidente, que teve paciência em meus momentos de ausência, obrigada pelo apoio, por todo seu amor, e pelo carinho.

Agradeço ao meu orientador, professor Me. Edson Bellozo, pelas constantes orientações, pelo apoio que deixou transparecer durante esses anos de faculdade, por toda a sua disponibilidade, e principalmente por sua amizade e dedicação.

Agradeço aos meus professores que conheci durante a graduação, em especial a professora Helena, Angélica, Elma, Lucas e Valdir, por toda a paciência, as palavras de conforto e carinho.

Ao meu amigo Thomas Mazurok, pelo constante apoio e incentivo, que mesmo de longe não me deixou sozinha.

Agradeço a todas minhas colegas de turma, em especial a Bruna, Franciele, Francislaine e Marcela, por estarem por perto durante esse tempo, e principalmente pelo carinho e paciência.

Por fim agradeço todas as outras pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para minha graduação. Levo vocês em meu coração.

Obrigado, por vocês existirem!!!

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes, e totalmente livres.”

**Rosa Luxemburgo**

OLIVEIRA, Amanda de. BELLOZO, Edson. **O MOVIMENTO FEMINISTA: E A LUTA DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA.** 2019. (39) Trabalho de Conclusão de Curso Pedagogia – Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná, Pitanga, 2019

## Resumo

O presente projeto tem por objetivo o estudo do Movimento Feminista e a luta das mulheres contra a violência, onde buscou-se entender o conceito de gênero, o movimento feminista e as formas de violência vivenciadas por elas. Dentro desta pesquisa, deu-se ênfase a violência doméstica, onde foi analisado a visão social em relação ao papel da mulher, sua submissão no casamento e enquanto esposa, as relações de misoginia e violência no meio em que vivem e os fatores que contribuem para que a sociedade ainda se constitua em sua maioria machista. Com base nos estudos de gênero buscou-se entender o movimento feminista e suas origens, analisando a condição das mulheres no conceito de casamento e compreendendo e analisando os diferentes tipos de violências sofridas. Com esse intuito, foi estudado o patriarcado nas famílias, a desigualdade de gênero e até mesmo as condições de domínio físico. A pesquisa foi descritiva através de averiguação bibliográfica, procurando esclarecer e discutir os conteúdos com base nos referenciais teóricos. Com essa pesquisa foi verificado que a questão de igualdade de gênero, vem sendo discutida amplamente pelos meios de comunicação, estudos acadêmicos e no próprio âmbito familiar. No entanto a violência permanece muito presente nos dias atuais e verificou-se a necessidade de igualdade de gênero, ser trabalhado em todas as modalidades educacionais.

Palavras-chave: Movimento Feminista. Desigualdade de Gênero. Violência. Luta.

OLIVEIRA, Amanda De. BELLOZO, Edson. **THE FEMINIST MOVEMENT: AND WOMEN'S FIGHT AGAINST VIOLENCE.** 2019. (39) course conclusion paper pedagogy - center for higher education of the center of paraná, pitanga, 2019

#### Abstract

This project aims to study the feminist movement and the struggle of women against violence, which sought to understand the concept of gender, the feminist movement and the forms of violence experienced by them. Within this research, emphasis was given to domestic violence, which analyzed the social vision regarding the role of women, their submission in marriage and as a wife, the relationships of misogyny and violence in their environment and the factors that contribute to that society is still mostly chauvinistic. Based on gender studies, we sought to understand the feminist movement and its origins, analyzing the condition of women in the concept of marriage and understanding and analyzing the different types of violence suffered. To this end, family patriarchy, gender inequality and even conditions of physical dominance were studied. The research was descriptive through bibliographic investigation, seeking to clarify and discuss the contents based on the theoretical references. With this research it was found that the issue of gender equality has been widely discussed by the media, academic studies and within the family itself. However, violence remains widespread today and there has been a need for gender equality to be addressed in all educational modalities.

Keywords: Feminist Movement. Gender Inequality. Violence. Fight.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

CLT Consolidação de Leis trabalhistas

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MLC Movimento de Lutas por Creches

OMS Organização Mundial da Saúde

ONU Organização das Nações Unidas

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 PROBLEMA .....	17
1.2 JUSTIFICATIVA .....	17
1.3 OBJETIVOS .....	18
<b>1.3.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>18</b>
<b>1.3.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>18</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>19</b>
2.10 QUE É GENÊRO? .....	19
2.1 MOVIMENTO FEMINISTA .....	21
2.1.1 <b>A questão de violência contra a mulher</b> .....	<b>23</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>26</b>
3.1 TIPO DE PESQUISA .....	26
<b>4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>27</b>
4.1 PATRIARCADO: UMA FORMA DE DOMINAÇÃO .....	27
4.2 MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL .....	28
4.3 CRECHES: O DIRETO É DA MÃE TRABALHADORA? OU DA CRIANÇA? .....	30
4.4 CONCEITUANDO A PALAVRA VIOLÊNCIA .....	31
4.5 RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E PODER .....	33
4.6 LEI MÁRIA DA PENHA .....	34
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

O estudo a ser apresentado busca compreender conceitos de gênero, realizando análises bibliográficas sobre o movimento feminista, de como começou até os dias atuais, apresentando a visibilidade da mulher a partir do conceito da sociedade e as formas de violências que são submetidas.

No estado em que se encontra a atual sociedade, é necessário realizar reflexões de princípios básicos, de direitos e deveres de pessoas de ambos os sexos que aparentemente, foram deixados pra trás, em função de uma sociedade patriarcal, conservadora e machista.

A autora Heleieth Saffioti (2015) construiu seu conceito sobre gênero com a seguinte afirmação: “Diferentemente, o sistema de sexo/gênero aponta para a não inevitabilidade da opressão e para a construção social relações que criam este ordenamento” (2015 p. 115). Ainda de acordo com a autora, o conceito sistemático de sexo/gênero é neutro e os mesmos são definidos pelos fatores econômicos e políticos, dos quais originalmente atende (SAFFIOTI, 2015).

O movimento feminista, teve origem no ano de 1848, na convenção dos direitos das mulheres em Nova Iorque. Este movimento buscava a reivindicação dos direitos das mulheres desde o início na revolução Francesa. A revolução tinha como lema principal, liberdade, igualdade, e fraternidade.

Os movimentos feministas existentes tem como seu principal objetivo conquistar direitos de formas igualitárias, tanto para homens quanto para mulheres, e principalmente garantir a atuação das mulheres na sociedade. É importante enfatizar que os movimentos feministas também são movimentos: teóricos, filosóficos e intelectuais.

De forma tradicional, o destino imposto para as mulheres era o casamento. Mas essa perspectiva vem se modificando no decorrer da história. Atualmente elas encontram-se inseridas no mercado de trabalho, na política, na educação, nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e nas mais diversas áreas. Mesmo com as conquistas alcançadas pelas mulheres, a violência existe independente de suas condições sociais, econômicas e culturais. A partir do advento do capitalismo monopolista reforçou-se a desigualdade de gênero.

É difícil relacionar a violência doméstica ao sistema capitalista, pois a maioria das produções teóricas em relação ao gênero consiste em considerar a opressão da mulher, apenas como questão cultural e não as contradições de desigualdade social. Além disso, as mulheres sofrem ainda com a violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual. Essas questões e outras pertinentes, serão tratadas no desenvolvimento deste trabalho.

## 1.1 PROBLEMA

Analisando a visão social, em sua maioria, voltados ao papel da mulher, seja representado como de esposa submissa, nas relações de misoginia<sup>1</sup> ou em meio a violência que vivem, se faz importante ressaltar: “Quais os fatores que contribuem para a permanência do pensamento machista”?

## 1.2 HIPÓTESE

Partindo da realidade social, das vivências diárias, analisando diversos casos de desigualdade de gênero apresentados na mídia, tais como: feminicídio, estupro, assédio, representação política, tarefas domésticas entre outros. Pode-se dizer que, esse tipo de problema é causado devido a educação machista e patriarcal?

Pode-se aventar ainda que a violência seja fruto da questão biológica, em que o homem se sente mais forte, portanto, na condição de domínio físico sobre a mulher?

Por último, argumenta-se também que a violência está relacionada à própria condição social e de trabalho em uma sociedade capitalista que coisifica as relações e delimita espaços, sendo o homem considerado sexo forte, por isso atuaria como no exercício de um mando social pela força?

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A violência contra a mulher é um assunto pautado há muito tempo. Os casos absurdos de abuso físico e psicológico estão cada vez mais estampados nas mídias atuais. A violência doméstica, partindo na maioria das vezes do próprio companheiro

---

<sup>1</sup> Conforme o dicionário Houaiss **misoginia** significa o “ódio, ou aversão com as mulheres, aversão ao contato sexual com as mulheres” Misoginia é palavra grega: *mis(o)* significa odiar, detestar, e *gimn(o)*, se traduz como mulher.

que entende a mulher como seu objeto, é o que lidera o número de casos de abuso sexual e físico que resulta, em alguns dos casos, em óbito da vítima.

Compreender a função social do casamento, a moralidade baseada nos bons costumes ultrapassados que dão ênfase ao fortalecimento do machismo e à concepção de família patriarcal. É necessário que exista uma análise mais profunda das causas de violência e o porquê da mulher, muitas vezes, ainda não se considerar capaz de ter voz e agir em sua defesa, já que muitas vezes está recebe desde pequena a influência desses valores antiquados e misóginos, onde cada um, homem e mulher, tem um papel a ser interpretado para que se cause a falsa impressão de estrutura familiar “perfeita”.

Esta pesquisa visa buscar a compreensão das causas de casos de violência contra a mulher e sua relação com a ideologia machista e patriarcal que envolve os conceitos morais do casamento e do conceito do papel “feminino” que é direcionado à esposa por meio da obediência e censura na capacidade opinativa.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo Geral

- Compreender as causas da violência contra a mulher em face à problemática de gênero.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Entender o movimento feminista, suas origens e progressos;
- Analisar a condição destinada as mulheres a partir do conceito de casamento;
- Compreender e analisar os diferentes tipos de violência sofrida pelas mulheres

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O QUE É GÊNERO?

Para desenvolver um estudo sobre gênero é preciso defini-lo, realizando a análise histórica desse conceito, identificando-o no campo específico, o qual está inserido e relacionado em um determinado período histórico.

Os primeiros manifestos sobre gênero datam-se na Revolução Francesa, estabeleceu-se sem qualquer importância acadêmica e, posteriormente, foi ganhando autonomia nos meios intelectuais para, hoje, possuir um status mais consistente. Dentro do ponto de vista de gênero, formulado por Joan Scott (1990), entende-se o conceito como um componente construtivo de relações sociais, baseadas, sobre as diferenças sociais e culturais percebidas entre os sexos.

Analisando assim, que a concepção da categoria gênero, no campo das análises das ciências humanas e sociais, refere-se à construção social do sexo, ou no que se percebe as diferenças entre eles, representando assim, um conceito através da observação das suas características gerais, uma categoria de análise para os papéis distintos entre homens e mulheres.

Estudar gênero é uma forma de compreender relações sociais construídas nas relações interpessoais, sejam elas do mesmo sexo, ou de sexos diferentes, cores, raças, classes sociais, iguais ou diferentes. Sendo assim, o conceito da palavra gênero surgiu a partir da teoria feminista da década de 1980, em seguida, foi analisado por Scott (1990), no qual relaciona-se a um preceito de reações de poder, baseando-se em papéis, identidades e comportamentos direcionados a homens e mulheres.

O gênero é uma categoria de análise das relações sociais envolvendo homens e mulheres. Quando se fala das desigualdades de gênero, por exemplo, está se referindo às desigualdades que não são inerentes ao sexo, ou seja, naturais, mas sim aquelas formas de diferenciação que são construídas socialmente, hierarquizando os papéis e as posições de um ou outro gênero. Por se tratarem de uma construção social, esta categoria de análise varia de sociedade para sociedade, como também em relação às culturas, épocas, gerações, etc.

As relações de gênero, são definidas através do contexto econômico, político, social e cultural, em contrapartida, a palavra sexo, é definida pela biologia e natureza, o gênero, é algo construído historicamente sendo assim, variável. Está determinada

adaptação social é consequência de um exemplo de sociedade baseando-se na autoridade paterna, predominando a figura masculina, denominada sociedade patriarcal. Em consequência disto, a sociedade sustenta ideologicamente esse papel primordial destinado aos homens, conseqüentemente, resultando em diversos tipos de violência, devido aos valores culturais dominantes, baseados em normas masculinas.

Guaciara Lopes Louro (1992), trata de gênero como:

Gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos supõe-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de prática sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação (LOURO, p. 57).

Como cita Louro (1992), gênero é um processo de construção, buscando estabelecer uma relação entre masculino e feminino, analisando conceitos e categorias históricas, contextualizando e compreendendo processos históricos culturais. Remetendo assim a discussões cabíveis sobre lugares, práticas e interpretações, que as questões de gênero impõe na sociedade a partir das diferenças sexuais. Analisando diversos discursos no qual nos remetemos a uma ideia de uma perspectiva temática sobre “gênero”.

Mas afinal, o que é gênero? Simone de Beauvoir sugere, em *O segundo sexo* que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher (BEAUVOIR, p. 10 II). Simone de Beauvoir, eterniza o existencialismo nesta frase célebre, ao afirmar que a nossa existência, não nos afirmar como mulher ou homem, mas antes como ser, que existe sem predefinição. É na existência e na mediada que tomamos contato com a existência que adquirimos a nossa essência. Sendo assim para a autora, a essência não é algo que está com o ser a priori, mas é algo que adquirimos com as experiências que vivemos.

Quando nasce um bebê e ouvimos falar do seu sexo, estamos nos remetendo a um sexo, mas também a um gênero, estamos automaticamente inserindo essa

criança a um padrão cultural, inserindo-o em determinada cultura, que determina para meninos e meninas comportamentos e padrões diferentes.

Para Beauvoir, o gênero é construído pelos padrões sociais, há pessoas que podem se encaixar desse gênero, já construído e solidificado pelo meio social que convive, ou, se for do seu próprio interesse, pode assumir algum outro.

Não existe distinção biológica rigorosa entre os dois sexos; um corpo celular idêntico é modificado por ações hormonais cuja a orientação é genotipicamente definida, mas pode ser desviada no decurso da evolução do feto; disso resulta o aparecimento de indivíduos intermediários entre os machos e as fêmeas. Alguns homens apresentam uma aparência feminina porque a maturação de seus órgãos viris é tardia: do mesmo modo veem-se moças – em particular esportistas – transformarem-se em rapazes. (BEAUVOIR, p. 161, 2016).

As notáveis diferenças entre os corpos masculino e feminino foram transformadas em desigualdade através de um processo histórico e cultural resultando na naturalização de estereótipos de feminilidade e masculinidade. Assim, cada sociedade atribuiu ao decorrer da história funções e identidades diferentes, levando em consideração o entendimento entre ser mulher/ homem. Contudo, quando associamos um comportamento específico a um grupo de pessoas só porque são mulheres ou homens, meninas ou meninos estamos reproduzindo estereótipos de gênero. Em outras palavras, estamos pensando que as diferenças biológicas entre pessoas do sexo feminino e do sexo masculino explicam e justificam diferenças de comportamento na sociedade.

Para um mundo mais justo e não sexista, em que haja equidade de gênero, devemos estar atentos para não educarmos meninos e meninas de maneira radicalmente distintas, mas que possamos educarmos seres humanos.

## 2.1 MOVIMENTO FEMINISTA

Feminismo (do latim, *femina*, significa, mulher), um conceito que surge no século XIX, com o contexto social e político da Revolução Francesa, surgindo, portanto, a partir do iluminismo. O movimento feminista é fruto dessa Revolução, vem de um movimento social, de cunho político e econômico, seu principal objetivo é lutar por direito iguais, entre homens e mulheres, nunca buscando uma posição de superioridade, mas sim de igualdade entre os sexos.

Em âmbitos gerais até no século XIX, a mulher era vista em posição inferior aos homens, as quais não possuíam os mesmos “privilégios” que eles. Direitos básicos, como ler, escrever, estudar, guerrear, enfim, escolher. Diante deste conceito a figura feminina foi construída a partir de uma sociedade patriarcal, na qual as mulheres estavam restritas a cuidados domésticos, direcionando sua vida somente aos filhos e ao marido. Em consequência disso, desde cedo as meninas eram educadas a ajudar a mãe nos âmbitos domésticos, nesse contexto não podiam trabalhar fora, muito menos direcionar assuntos como política e economia.

Para Beauvoir (2016):

Dão à menina por amigas outras meninas, entregaram-na a professoras, ela vive entre maratonas como no tempo de gineceu, escolheram para ela livros e jogos que a iniciem em seu destino, insuflam-lhe tesouros de sabedoria feminina, proporem-lhe virtudes femininas, ensinam-lhe a cozinhar, a costurar, a cuidar da casa a mesmo tempo que dá toalete, a arte de seduzir, do pudor; vestem-na com roupa incômodas e preciosas das quais precisa cuidar, penteiam-na de maneira complicada, impõem-lhe regras de comportamento: “Endireite esse corpo, não ande como uma pata” Para ser graciosa, ela deverá reprimir seus movimentos espontâneos; pedem-lhe que não tome atitudes de menino, proibem-lhe exercícios violentos, brigas: em suma, a menina é incitada a tornar-se, como as mais velhas, uma serva e um ídolo (p.26).

Assim como a autora descreve no texto presenciamos situações semelhantes na atualidade, principalmente as quais delimitam as mulheres ainda a viverem essa vida imposta pelo patriarcalismo social. Porém, nos dias atuais, o feminismo, os movimentos sociais, em destaque a mídia, e o consumismo, contribuem para o empoderamento feminino, que encorajem as meninas/mulheres, na busca de sua independência, econômica, social, cultural sexual, entre outras. Distanciando assim da visão patriarcal.

O patriarcalismo é caracterizado por ter a figura central o patriarca, ou seja, o pai, sendo simultaneamente o chefe da casa. Este modelo familiar deu origem a uma grande influência organizacional, tanto na política quanto na sociedade. Conforme Gasparetto Junior (2017):

O patriarcal manteve o poder, ao longo da história, sobre qualquer indivíduo na organização social de que fazia parte. Poderia ser sua mulher, seus filhos, seus súditos, seus escravos ou seu povo. Cabendo-lhe o poder de decisões cruciais de forma inquestionável, no seio da sociedade. Assim, na vigência do patriarcalismo, as relações humanas são estabelecidas em patamares desiguais e hierarquizados. O patriarca representa a autoridade maior

determinando as condições que justificam seu status de superioridade o status de inferioridade de outros indivíduos. (JUNIOR, 2017, p.)

Assim, o patriarcalismo representado pelo patriarca ao longo da história, representa domínio sobre qualquer indivíduo na organização social, estabelecendo assim relação desiguais e hierarquizadas.

### 2.1.1 A QUESTÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A indagação abordada neste trecho é referente às formas de violência que as mulheres são vítimas, seja violência física, psicológica, sexual, entre outras. Pode-se destacar que a violência contra a mulher ocorre em vários âmbitos, não estando somente fora de casa, mas principalmente dentro de seus lares, são agredidas na maioria das vezes pelos seus: maridos, namorados, companheiros, pais, irmãos, tios e demais familiares.

A ONU<sup>2</sup> define a violência contra a mulher da seguinte maneira:

Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada (ONU apud IPAS BRASIL, 2004).

Violência doméstica é um termo usado para descrever ações e agressões que ocorrem em determinados relacionamentos. “*Engloba todas as formas, em especial aquelas que violem a integridade física e sexual das vítimas*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 15). Violência física é aquela que está em uma relação de poder maior que a do outro, tentando causar dano não acidental, que utiliza força física, ou qualquer outro meio que pode provocar lesões. Pode-se levar em conta castigos repetidos, que também são considerados violência física.

A violência sexual é uma forma de agredir uma mulher através do ato sexual sem consentimento da vítima, utilizando a força física, a violência ou a intimidação psicológica, “Obriga a outra ao ato sexual contra a sua vontade, ou que a exponha em interações sexuais que propiciem sua vitimização, da qual o agressor tenta obter gratificação” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 17-18).

---

<sup>2</sup> Organização das Nações Unidas

A violência psicológica é a omissão que pode causar dano a estima da mulher, identidade, ou ao desenvolvimento da pessoa, entretanto, a violência patrimonial, são atos destrutivos, que podem afetar a saúde emocional, e a sobrevivência de membros da família. Buscando encontrar uma justificativa para a violência contra a mulher, buscar-se-á realizar uma análise verificando a cultura machista oriunda da lógica patriarcal.

Segundo a OMS: “As mulheres mais instruídas, portando mais independentes, são impostas a um risco maior de violência sexual, assim como a violência física... A explicação provável é que, ao se tornarem mais independentes, as mulheres reagem com maior intensidade às normas patriarcais, o que faz com que os homens recorram à violência para retomar o controle” (OCKRENT, pg. 210).

A ONU (Organização das Nações Unidas) busca desenvolver uma política de tolerância zero, nas ações que estejam ligadas a práticas de violências contra a mulher, buscando soluções práticas urgentes para o problema, como a redução e a conscientização. Piovesan (2012, p. 272), refere-se que a ONU estabelece como dever dos Estados não invocarem qualquer costume, tradição ou consideração religiosa, que possam ocasionar ou incitar a violência contra a mulher.

Embora saibamos que a violência contra a mulher pode ocorrer em qualquer lugar, com diferentes tipos de mulheres, tem-se a certeza que a principal forma de violência ocorre dentro de seus lares, na maioria das vezes ocasionada por seu companheiro/ marido, namorado, entre outros. Ao analisar os parâmetros sociais, analisando que o papel imposto tradicionalmente para as mulheres é o casamento. Para Beauvoir (2016):

O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo. É em relação ao casamento que se define a celibatária, sinta-se ela frustrada, revoltada ou mesmo indiferente ante essa instituição. É portanto, pela análise do casamento que nos cumpre continuar este estudo (Beauvoir, p. 185).

Na análise feita pela autora, o casamento também é uma forma de violência nessas condições, violência do homem contra a mulher na relação conjugal é a ação que faz do outro uma coisa, um objeto sem desejo, sem independência, sem autodeterminação. Dizendo de outro modo, parece que a meta daquele que violenta

é “alcançar o completo aniquilamento do violentado, transformá-lo em objeto, despossuído de vontades e desejos.

Essa forma de violência, exercida predominantemente sobre a mulher no âmbito das relações de gênero, não escolhe lugar e se manifesta das mais diversas formas, por meio de relações de poder, podendo se fazer presente em qualquer ato ou conduta baseada no gênero, provocando morte, dano, constrangimento ou sofrimento físico, sexual, moral ou psicológico/emocional.

A violência doméstica, uma das mais comuns entre os casais, explica Saffioti (1998), é mais ampla do que a violência familiar, porque, se de um lado, abrange pessoas que vivem parcial ou integralmente no mesmo domicílio. É grande o número de mulheres que têm, atualmente, consciência de que não podem mais conviver com a violência que sofrem dos companheiros. Nesse sentido, compreendemos que a saída para resolver a desigualdade entre os gêneros não é apenas tarefa das mulheres, mas da sociedade como um todo.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa será descritiva através de averiguação bibliográfica. Para a realização desse trabalho, foram abordados e selecionados diversos autores, entre eles: Mary Wollstonecraft, Judith Butler, Simone de Beauvoir, Christine Ockrent, Heleieth Saffioti, Chimamanda Ngozi Adichie, Wendy Goldman, Charlotte Perkins Gilman, entre outros.

Conforme Minayo:

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23).

Esta análise procura esclarecer e discutir um conteúdo com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, entre outros. Busca também conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema (MARTINS, 2011).

Podemos somar com esse acervo com as consultas de base de dados periódicos e artigos, propondo ao pesquisador enriquecer a pesquisa. Esse tipo de pesquisa tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. (MARCONI e LAKATOS, 2007).

Com base nos autores concluímos que a pesquisa bibliográfica não é apenas uma mera repetição de tudo que foi dito, ou escrito sobre determinado assunto, mas proporciona, um novo exame, uma nova abordagem, chegando a novas conclusões inovadoras.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 PATRIARCADO: UMA FORMA DE DOMINAÇÃO

Patriarcado é um dos conceitos que vem despertando grande produção na literatura intelectual feminista recente e que também tem ocupado um lugar central no pensamento social. A história da humanidade traz, desde o início de sua constituição, o traço da violência, forjada por meio da subjugação e da exploração homem pelo homem, transformando as relações de gênero, afetivas e sociais, através de dispositivos de poder e de submissão.

Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal. (COSTA, 2008, s/p.)

Buscando analisar os aspectos brasileiros formadores da família, que teve seu início no século XVI, tendo como o ponto de partida a herança cultural portuguesa, cujo as origens patriarcais, estavam interligadas fortemente com o passado medieval europeu. Esse padrão transpôs séculos e permanece fortemente presente nos dias atuais, percebemos que no Brasil, ainda existe esse perfil de dominação familiar. Conforme Gaspareto Junior (2017):

O patriarca manteve o poder, ao longo da história, sobre qualquer indivíduo ou organização social de que fazia parte. Poderia ser sua mulher, seus filhos, seu súditos, seus escravos, ou seu povo. Cabendo-lhe o poder das decisões cruciais da forma inquestionável no seio da sociedade. Assim, na vigência do patriarcalismo, as relações humanas são estabelecidas em patamares desiguais e hierarquizados. O patriarca representa a autoridade maior determinando as condições que justificam seu status de superioridade e o status de inferioridade dos outros indivíduos. (JUNIOR, 2017, p. 64)

Para Castells (2000) o modelo das famílias que possuem o patriarca como dominante vem decaindo, e isso vem sendo cada vez mais defendido, por processos interligados a conscientização da mulher, ademais, a inserção da mulher no mercado de trabalho, levando a uma redução forçada homem em quanto provedor da família, sendo assim, estamos vivendo um declínio desse modelo de família tradicional.

Esta evolução na relação entre homens e mulheres contribuiu para o avanço de processos democratizantes nas relações familiares, afetivas e na vida em

sociedade. Atualmente o patriarcado ainda se perpetua toda vez que mulheres são abusadas, já que a decisão sobre a sua sexualidade e suas vontades não são tão importantes quanto o poder do homem de ignorá-las.

Se mantém, quando as mulheres recebem menos que os homens, com seus esforços tão válidos quanto os esforços masculinos, toda a vez que as mulheres sofrem pressão estética, e são avaliadas através de suas aparências, ou quando a biologia do sexo analisa e condenam o útero, menstruação e vagina.

Sendo assim, o patriarcado <sup>3</sup>está constantemente presente, principalmente na vida das mulheres, mesmo não se manifestado de maneira tão radical quanto antes, tornando a situação das mulheres ainda mais crítica, porque a nossa sociedade valoriza o homem, em consequência disso, vai valorizar sua verdade, e a versão dos fatos. É preciso que o meio social saiba que o patriarcado existe, e que não é uma invenção moderna, e para amenizar este problema é preciso entender como ele funciona, e impedir seus efeitos.

#### 4.2 MOVIMENTO DE MULHERES NO BRASIL

As conquistas alcançadas pelas mulheres, são de grandiosa importância para a emancipação da mulher na sociedade, uma vez que as conquistas fazem parte de suas realidades, torna-se possíveis uma condição de vida mais favorável para as mesmas. A criação dos filhos, a luta por salários igualitários, o direito a educação e a vida digna, fazem parte de um constante movimento, o movimento de mulheres.

No primeiro momento, as mulheres viviam como cidadãs de “segunda classe”, em diversos casos eram incorporadas nessa categoria, significando uma classe inferior aos homens, sobretudo no Brasil, aonde a sociedade foi demarcada pelo patriarcalismo. Enfatizando que, as mulheres levaram algum tempo para abrir um espaço de lutas e conseguir seus direitos.

Diante disso, é necessário debater os conceitos de políticas públicas, as quais são entendidas como um propósito de intervenção nas várias esferas da vida social, com intuito de promover mudanças sociais através do princípio da igualdade social (FERREIRA, 1999). Entende-se assim, como uma espécie de intervenção que visam a criar impactos favoráveis aos cidadãos.

---

<sup>3</sup> Patriarcado é um sistema social em que os homens mantem o poder primário, e dominam as funções de lideranças políticas, autoridade moral, privilegio social e controle de propriedades. Nas relações de família o pai mantem total autoridade sobre a mulher e as crianças.

Os sujeitos principais, envolvidos na busca pela formulação de políticas públicas são: movimentos sociais, grupos políticos ou políticos individuais, entre outras organizações. Destaca-se neste trabalho o movimento das mulheres, como idealizador de políticas públicas, visando o lado organizacional da classe trabalhadora, da luta de classes e lutas sociais. Desse modo:

[...] potenciais beneficiários dos programas sociais, responsáveis pela transformação de problemas em questões sociais que integrarão ou não as agendas públicas, sendo orientados pela lógica das necessidades e dos resultados (SILVA, p. 28, 2013).

Sendo assim, os movimentos sociais portam a capacidade para fortalecer a luta pelos direitos, além de dar visibilidade a realidade vivida por toda a sociedade, buscando assim indicar propostas para mudanças no meio social por meio dessas políticas públicas (MARANHÃO, 2010). De acordo com Ferreira (2007):

[...] movimentos sociais como alternativas da sociedade organizada que, tendo seu espaço limitado pela ação do estado e pelas relações desiguais de classe, gênero e etnia, buscam, através de várias organizações, implementar estratégias democráticas de transformação socio-política [...] (FERREIRA, 2007, p.23).

As mulheres brasileiras, já vinham realizando mobilizações desde os anos de 1940, por creches, melhores condições de vida, trabalho e voto, e também lentamente, buscando maior visibilidade na área política. No final dos anos 70, e início dos anos 80, essas ações aos poucos vem tomando seu espaço e os movimentos feministas passam a participar da elaboração de políticas públicas, que correspondessem as reivindicações da. Como afirma (SOARES, 1994, p.4):

[...] movimento de mulheres nos anos setenta trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas na defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia de suas desigualdades.

A visibilidade das mulheres como sujeito na construção de políticas públicas demanda construir debates, buscando traçar estratégias e transformações. Transformações estas, nas quais, combatam a desigualdade de gênero, trazendo práticas de cidadania para que a justiça de gênero se efetive.

### 4.3 CRECHES: O DIRETO É DA MÃE TRABALHADORA? OU DA CRIANÇA?

A inserção de creches tanto na cidade quanto no campo não é garantida, a luta pelas reivindicações das mesmas, está diretamente ligada aos movimentos sociais e de mulheres. Em geral as creches surgiram nos países de guerra, no qual os homens eram reservados os trabalhos militares, e cabia as mulheres atender as demandas sociais da família e atender à necessidade das indústrias bélicas. Porém no final das guerras os homens retornavam as indústrias, e conseqüentemente a mulher retornava ao lar pelo desemprego, ou quando permanecia trabalhava sem incentivos, com salários inferiores e condições de trabalho precárias.

No Brasil, por volta do ano de 1920, as mulheres pobres, viúvas e sozinhas, saíram do âmbito familiar para ingressar no mercado de trabalho, buscando assim, garantir o sustento e minimizar a pobreza. O processo de urbanização no Brasil foi a maior inserção da mulher nos serviços públicos, sendo assim, as creches foram regulamentadas para as mães trabalhadas, cujo o objetivo foi garantir a participação continua, pontual e de qualidade na mão de obra feminina.

A Consolidação das leis trabalhistas (CLT), decreto – lei nº5.452/43, previu as creches como responsabilidade do empregador. O Art. 388 da CLT descreve:

Quando não houver creches que atendam convenientemente à proteção da maternidade, a juízo da autoridade competente, os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos trinta mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação (BRASIL, Art. 338, Parágrafo Único, 1943).

Em 1967, o texto acima foi alterado pela incorporação do Decreto – lei nº 229, (28.2.1967) no §1 do Art. 389 da CLT:

§ 1º - Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) § 2º - A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967) (BRASIL, Art. 389, 1943).

Sendo assim, as creches foram mantidas apenas como assistência, ou abrigos para filhos de mães trabalhadoras, até então os fundamentos educacionais

eram desconhecidos, podia-se perceber nesse discurso que as creches eram vistas como fraquezas, sendo assim sinônimo de pobreza pessoal, para mães e pais que não conseguiam manter o sustento da própria família.

Durante reivindicação das mulheres-mães trabalhadoras, o problema posto em pauta era a inserção de mães no mercado de trabalho. Sendo assim, a partir de 1975 a reivindicação por creches esteve presente com maior ênfase no movimento de mulheres e feministas. O feminismo incorporou essa bandeira de luta para a instalação de creches, em defesa de mães trabalhadoras.

Em consequência disso foi criado um movimento único: Movimento de Lutas por Creches (MLC), que englobava a participação de mulheres de diferentes religiões e partidos políticos, o movimento foi ganhando força e em 1979, quando acontece o 1º Congresso de Mulheres Paulistas, aonde o governo prometeu a construção de 830 creches, porém apenas a metade disso foi construída.

Em seguida a Constituição Federal catalogou a medida de creches na dimensão de direitos, assim, as creches e pré-escolas foram afirmados um direito social dos trabalhadores, mas também o direito de crianças de até 5 anos de idade (art. 208, IV). Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), explica uma nova concepção de infância e noção de direitos, prevendo que o atendimento as creches é um dever do estado. Por sua vez a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), afirmou a integração das creches e pré-escolas ao ciclo educacional, enquanto primeira etapa da educação básica.

As creches deveriam atender bebês e crianças pequenas de até três anos de idade, integrando assim, educação infantil no sistema de ensino, sendo um dever do Estado e organiza-se segundo normas do Sistema Educacional vigente. Então, sendo assim a educação infantil parte do sistema de ensino, esses equipamentos sociais, precisa-se ter bem claro que a oferta de vagas em creches e escolas de educação infantil pública não se trata de um favor, mas sim um direito de todas as crianças.

#### 4.4 CONCEITUANDO A PALAVRA VIOLÊNCIA

A violência, encontra-se presente na sociedade desde tempos primordiais, assumindo diferentes maneiras de manter-se presente meio social, na proporção em que o homem constituiu a sociedade. Inicialmente, a violência foi entendida, como

agressividade instintiva, gerada diretamente pelo impulso do homem para garantir a sua sobrevivência, e da sua família na natureza.

A organização primitiva das primeiras comunidades, e a organização de modo de pensar coerente, foi responsável pela geração das culturas. Conseqüentemente assim, gerou também a tentativa de um método de controle, da agressividade natural do homem. No tempo em que se inicia o estado moderno, é que se coloca de modo mais intensa, sobre o poder político, suas origens, naturezas e significados, o que traz juntamente a reflexão sobre a violência, a mesma, é utilizada para manutenção do poder.

Filósofos dos séculos XVI e XVIII e alguns outros intelectuais, fazem diferentes perspectivas, entre eles o filósofo Hobbes, afirmava, basicamente que tanto o Estado quanto a sociedade, se organizavam a partir de tratado entre indivíduos, para regulamentar um bom convívio social entre ambos, superando os conflitos e instaurando a política.

Durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra; e uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. Pois a guerra não consiste apenas na batalha ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. (...) porque assim como o mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real mas na conhecida disposição para tal durante todo o tempo em que não há garantia do contrário" (HOBBS, T. *Leviatã*, p. 79-80).

Sendo assim, para Hobbes (1997) os homens são iguais quanto sua força e inteligência, quanto a isso o homem vive solitário, em guarda, pronto para defender-se ou atacar, entretanto, quando homens desejam a mesma coisa, em que estão interessados, tornam-se inimigos, e lutam buscando seus interesses pessoais. Ademais, Hobbes afirma que para evitar a destruição em grande escala, precisam-se organizar em sociedade, tendo sua liberdade ilimitada, e aceitando submeter-se a uma autoridade política, no início de um processo de formação social, estão presentes a discórdia, o medo da morte, e o desejo da paz.

Desse modo o líder seria a autoridade máxima um soberano, e todos seguiam as leis por ele estabelecidas. Assim todos teriam sua liberdade mas tornariam possíveis sua própria sobrevivência buscando uma convivência pacífica com os demais, depois disso para evitar punições o soberano deveria fazer o que o soberano

permitisse, buscando assim um bom convívio social, tentado minimizar casos de violência.

#### 4.5 RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E PODER

Podemos perceber que, com a ação do tempo as sociedades se modificam, se destruindo ou construindo, através de do uso da força, sendo assim caracteriza-se através de procedimentos que busca assegurar, moderar ou coibir uma ação de um indivíduo pelo grupo social. No domínio das relações de poder, a força utilizada para resolver conflitos é negada pela possibilidade de um diálogo entre ambas as partes envolvidas.

A violência isola os indivíduos dissolve grupos, contribuindo para a concentração de poder. O autor Maquiavel, foi um dos primeiros a refletir sobre o poder, buscando estruturar conflitos, a partir dos interesses opostos, os quais organizam uma sociedade.

Há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião ... (...) Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis e estas da desordem que quase todos condenam irrefletidamente" (MAQUIAVEL, 1982, p. 31).

A partir de Maquiavel, conseguimos distinguir a violência do conflito, a qual encontra-se enraizada nas relações de poder. A violência pode-se ser entendida como o uso da força bruta, enquanto o conflito é gerado pelo antagonismo das classes, entretanto na política, precisa ser visto os efeitos benéficos, para que sejam elaboradas boas leis. O bom governante sempre busca o equilíbrio das forças em luta, organizando uma ordem social e política.

No escrito de Maquiavel, percebemos claramente a diferença entre o dissenso a partir do que se reproduzem a lei, e a violência, que é caracterizada pela força, e pelo regime que reprime e emudece. Em quanto o dissenso procura demonstrar o respeito entre as diferenças, e como pode ser a expressão de novas ideias, de construção nos espaços públicos. A força bruta anula o outro, e acaba sendo apresentada como única verdade. Maquiavel não descarta a violência como estratégia de manutenção do poder.

Na atualidade, a violência acaba se integrando a natureza do poder, a forma institucionalizada do Estado. Sendo assim, acentuasse um duplo movimento pelo qual a contradição move a história, constituindo assim, um processo de eliminar a violência. No âmbito político sempre buscando atuar na violência.

#### 4.6 LEI MARIA DA PENHA

A Lei Federal 11.340/2006, mais conhecida como: Lei Maria da Penha, entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, foi sancionada, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A lei entrou em vigor para coibir diversos casos de violência, buscando diminuir inúmeros casos de agressão em que as mulheres estão submetidas sem a mínima apuração do processo, a lei veio para assegurar o direito das mulheres, buscando agilidade no julgamento e punição do agressor. A lei garante que:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

A Lei 11.340 foi uma homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência doméstica durante 23 anos de casamento, por volta do ano de 1983 o marido tentou assassina-la, com uma arma de fogo, deixando-a paraplégica, depois da denúncia de Maria, e longos anos em que esse processo esteve aberto o marido de Maria foi condenado.

Diferente do que ocorre em outros países da região, a legislação brasileira volta-se exclusivamente para a proteção do direito da mulher, permitindo assim, que muitos agressores sejam responsabilizados por seus atos, a lei está dividida em 3 eixos; no primeiro eixo trata de medidas criminais, para a punição da violência, estão relacionadas os procedimentos como a retomada do inquérito policial, a prisão em flagrante, preventiva ou condenatória, qualquer crime que se configure como violência doméstica e familiar contra a mulher.

Já no segundo eixo, encontram-se as medidas de proteção da integridade física e dos direitos da mulher, que se executam através de medidas protetivas com caráter de urgência aonde a mulher tem um aliado conjunto de medidas contra seu agressor, este eixo também é integrado de assistência. No terceiro e último eixo estão as medidas de prevenção e educação compreendidas como estratégias possíveis e necessárias para coibir a violência e da discriminação baseada o gênero. A Lei Maria da Penha, abrange condutas que vão muito além da violência física.

Assegurando demais tipos de violência, como: patrimonial, sexual, moral, psicológica, entre outras. Diante disso, as políticas sociais focadas nos direitos das mulheres, e o fortalecimento das mulheres no exercício de cidadania, são prováveis respostas para diminuição de casos de violência.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa, foi possível compreender as questões ligadas, ao conceito de gênero, as características de famílias patriarcais, as condições da mulher na instituição matrimonial, as várias violências sofridas por elas dentro e fora do casamento, o capitalismo e as influências na vida social e econômicas e até mesmo conceitos biológicos que influenciam negativamente na vida feminina. Ainda, com a evolução do capitalismo, leis e direitos que vieram para minimizar algumas formas de violência social e doméstica.

Diante dos objetivos propostos por essa pesquisa, é notório que o movimento feminista e a violência contra a mulher trazem a tona, que vivemos em uma sociedade extremamente machista, conservadora, patriarcal e misógina. Buscamos através de estudos teóricos compreender essas formas de violências ainda tão presente em nossa sociedade atual.

Assim foi necessário conhecer primeiramente a definição da categoria gênero, no campo das análises das ciências humanas e sociais, referente a construção social do sexo, ou no que se percebe as diferenças entre eles. Representando assim, um conceito através da observação das suas características gerais, uma categoria de análise para os papéis distintos entre homens e mulheres. Uma construção social e não biológica de gênero.

Com a construção social de gênero (sexo) foi possível associar casos de violência contra a mulher e sua relação com a ideologia machista e patriarcal que envolve os conceitos morais do casamento e das condições que é direcionado à esposa por meio da obediência e censura.

O patriarcado, como foi estudado, ainda está muito presente na vida das mulheres, mesmo que não se manifeste de maneira tão radical como antes, ainda é frequente. A situação torna-se mais crítica, porque muitas delas têm medo de denunciar muitas vezes devido à dependência financeira e as condições sociais. É evidente que o patriarcado existe, não é uma invenção moderna e seus efeitos sobre nossas vidas. Atualmente o patriarcado ainda se perpetua toda vez que mulheres são abusadas, sofrem violência física, emocional, entre outras.

É indispensável que a evolução na relação entre homens e mulheres contribua para um avanço no processo de democratização nas relações familiares, afetivas e na vida em sociedade.

Como estudado, a mulher com a evolução de capitalismo, teve uma maior inserção na sociedade. No entanto foi através de lutas buscar direitos e leis que viessem minimizar a desigualdade entre homens e mulheres. A Lei maria da Penha é uma tentativa de diminuir a violência sofrida pela mulher, e punir o agressor de forma mais rápida. Também políticas públicas foram implementadas para garantir a permanência da mulher no mercado de trabalho.

Fica evidente que em todos os âmbitos sociais existe a violência, e principalmente a violência sobre o sexo feminino. Então, já deveria fazer parte dos currículos escolares a questão de gênero, a não construção da submissão da mulher, o respeito a todos os serem humanos independentes de sua sexualidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **O desafio do enfrentamento da violência: Situação Atual, estratégias e propostas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Secretaria de Políticas de Saúde. Violência intrafamiliar: Orientações para prática em serviço.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo/ fatos e mitos** / Simone de Beauvoir; Tradução Sergio Milliet. – 3°.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **A experiência vivida**, volume 2 / Simone de Beauvoir; Tradução Sergio Milliet. – 3°.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BELLOZO, Edson. **Mulher e Política: um estudo sobre os projetos de lei referentes à mulher e gênero apresentados pelas deputadas e senadoras nas décadas de 1990 e 2000.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres.** 2008. Disponível em: [http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos\\_pdf/Empoderamento.pdf](http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf). Acesso em: 25/11/2019.

FERREIRA, Mary (org.). **Mulher, Gênero e Políticas Públicas.** Redor – UFMA – Grupo Mulheres da Ilha. São Luís, 1999.

CASTELLS, M. **A era da informação.** São Paulo: Paz e Terra, 2000. V. II.

FERREIRA, Maria Mary. **As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão.** São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

JUNIOR, Antonio Gasparetto. **Patriarcalismo**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociedade/patriarcalismo/> Acesso em: 18 de nov. de 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

LEI 11.340/2006. Texto Integral. Disponível em: [http://www.observe.ufba.br/lei\\_integra](http://www.observe.ufba.br/lei_integra) Observe – **Observatório da Lei Maria da Penha**. 2009. MONITORAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA. RELATÓRIO PRELIMINAR DE PESQUISA. Salvador, setembro de 2009. 137 p. Disponível em: [http://www.observe.ufba.br/lei\\_integra](http://www.observe.ufba.br/lei_integra)

MARANHÃO, Caroline Santos. **A delegacia especial da mulher de são luís (ma) à luz da lei Maria da Penha**: uma reflexão sobre as práticas institucionais de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. 2010. 205f.

MARCONI, M.A & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução da pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6º edição, São Paulo: Atlas, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

MARTINS, G.A. & PINTO, R.L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: . (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29. O desafio do conhecimento:

NUNES, C; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

OKRENT, Christine; TREINER, Sandrine. **O livro negro da condição das mulheres**. Algés: Difel, 2007.

PASINATO, Wania. “**Femicídios’ e a morte de mulheres no Brasil**”. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 37. p. 219-246, jul.-dez. 2011.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado e violência**/ Heleieth Iara Bongiovani Saffioti – 2°.e.d – São Paulo : Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Jean W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SOARES, Vera. **Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências**. IN: Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, 1994.

SOUZA, Adilson Veiga e. **Manual de normas técnicas para trabalhos acadêmicos** / Adilson Veiga e Souza; Giovana Simas de Melo Ilkiu; Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu. União da Vitória (PR): Kayganguê,2017